

	Federal	4.158	3.822	336
	Estadual	1.337	1.039	298
	Municipal	-	-	-
Privada		6.732	3.464	3.268
	Particular	6.500	3.451	3.049
	Comun/Confes/Filant	232	13	219

Fonte: MEC/Inep/Deaes.
Concluintes

Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Sexo dos Concluintes, segundo a Categoria Administrativa das IES - 2006

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais		
	Total	Masculino	Feminino
Pará	12.227	4.595	7.632
Pública	5.495	2.173	3.322
	Federal	4.158	2.453
	Estadual	1.337	869
	Municipal	-	-
Privada	6.732	2.422	4.310
	Particular	6.500	4.142
	Comun/Confes/Filant	232	168

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Recursos Humanos

Número Total de Funções Docentes (em Exercício e Afastados), em 30/6, por Grau de Formação, segundo a Categoria Administrativa das IES - 2006.

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa	Total	Sem graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Pará	5.499	-	612	1.700	2.153	1.034
Pública	3.164	-	414	695	1.213	842
	Federal	2.403	387	390	835	791
	Estadual	761	27	305	378	51
	Municipal	-	-	-	-	-
Privada	2.335	-	198	1.005	940	192
	Particular	2.214	185	937	906	186
	Comun/Confes/Filant	121	13	68	34	6

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Nos últimos cinco anos houve um avanço expressivo tanto na contratação quanto na qualificação do corpo docente das IES do Estado. Nesse período o quadro docente aumentou de 3.465 para 5.499 professores, um acréscimo da ordem de 58,7%. Quanto à qualificação, havia em 2002, 548 doutores e 1.184 mestres que juntos representavam 50,5% do número total de docentes. Em 2006 esse número se elevou para 1.034 doutores e 2.153 mestres e representam 58%.

Esse esforço das IES em contratar e qualificar seus quadros docentes teve um impacto positivo tanto para o aumento da capilaridade da rede de ensino superior com a fixação desses professores nos campi do interior do estado que era composta basicamente por professores temporários, como elevou a densidade docente possibilitando a expansão do sistema de pós-graduação no estado e consequentemente a pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento da região e particularmente do Estado do Pará.

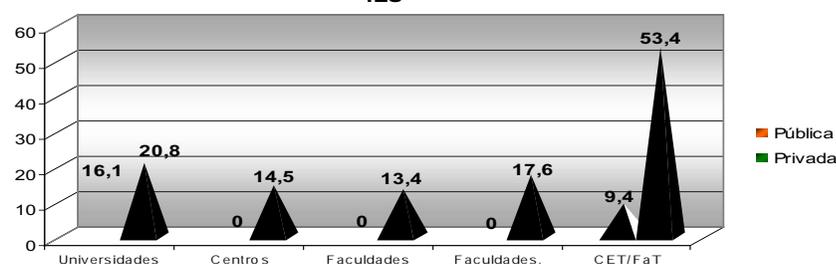
Recursos Humanos

RELAÇÃO MATRÍCULAS/FUNÇÃO DOCENTE EM EXERCÍCIO, EM 30/6, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA, SEGUNDO A CATEGORIA ADMINISTRATIVA DAS IES - 2006

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa	Relação Matrículas/Função Docente em Exercício					
	Total	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas e Institutos	CET/FaT
Pará	16,9	16,9	14,5	13,4	17,6	20,4
Pública	16,0	16,1	-	-	-	9,4
	Federal	16,8	17,1	-	-	9,4
	Estadual	13,6	13,6	-	-	-
	Municipal	-	-	-	-	-
Privada	18,2	20,8	14,5	13,4	17,6	53,4
	Particular	18,3	20,8	14,5	13,4	53,4
	Comun/Confes/ Filant	16,7	-	-	-	16,7

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Relação Matrículas/Função Docente em Exercício, por Organização Acadêmica, segundo a Categoria Administrativa das IES



1.6 – AS GRANDES PRIORIDADES NACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DE UM PACTO ESTADUAL PELA EDUCAÇÃO NO PARÁ

O Governo Federal, por meio de seu Ministério da Educação tem apostado alto na realização de conferências estaduais com ampla participação por acreditar que essa dinâmica político-pedagógica poderá efetivamente contribuir para a rediscussão das políticas educacionais, programas e ações governamentais, a fim de consolidar a educação como direito social, a democratização da gestão, o acesso e a garantia da permanência de crianças, jovens e adultos nas instituições de ensino brasileiras e o respeito à diversidade. Para tanto, precisamos enfrentar, pelo menos, quatro grandes desafios que são:

- Promover a construção de um Sistema Nacional de Educação, responsável pela institucionalização de uma orientação política comum e de um trabalho permanente do Estado e da Sociedade na garantia do direito à educação;
- Indicar, para o conjunto das políticas educacionais de forma articulada entre os sistemas de ensino, a garantia da democratização da gestão e da qualidade social da educação básica, assim como as condições adequadas e necessárias para o trabalho dos docentes e funcionários;
- Definir parâmetros e diretrizes para a qualificação do professor e o direito do aluno à formação integral com qualidade;
- Propiciar condições para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social e o respeito à diversidade de forma articulada entre os sistemas de ensino. (Documento Referência da Conferência Nacional de Educação Básica).

Além destes aspectos — mediatizados pela visão e abrangência nacional dos problemas — cabe a nós, paraenses, equalizarmos as grandes questões que nos dizem respeito como o segundo maior Estado da Federação, um dos territórios mais ricos do planeta e, infeliz e contraditoriamente, detentores de índices sociais abjetos. Deste modo, o que indicamos, resulta de uma síntese das propostas já consolidadas nas pautas e agendas de nosso movimento social e do governo democrático do Pará. A Conferência Estadual de Educação se constitui na mais importante instância, em nível estadual, para a definição de propostas de ações prioritárias para a educação no Pará. É um momento decisivo no qual serão concebidas e projetadas diretrizes de descentralização político-administrativa e de garantia da participação popular, ratificando a proposta de uma educação como direito universal básico e bem social público, condição de emancipação e cidadão como sujeito de direitos e compromisso social, por meio de uma gestão cooperativa entre as diferentes esferas de poder e a participação social como construção coletiva, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e o respeito às diversidades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e religiosas, na perspectiva da construção de um sistema único de educação.

O PPP como estratégia de enfrentamento dos problemas educacionais paraenses

O diagnóstico ora apresentado, apesar de parcial, traz dados significativos que revelam a situação delicada da educação paraense. Sintetizamos aqui alguns destes:

O Pará detém o terceiro lugar entre os Estados da Região Norte que possui o maior índice de analfabetismo e de analfabetos funcionais ganhando apenas para o Acre e o Tocantins.

11,9% da população do Estado entre 5 e 17 anos não está frequentando a escola, o que é um número acima da média nacional de 9,6% e de 10,3% da região norte. Isso revela que a universalização do ensino aqui ainda é um grande desafio.

Há, para cada professor no Estado, aproximadamente 28 alunos, sendo que mais de 75% dos docentes que atuam no ensino fundamental, na área rural, não têm formação em nível superior. Dos 446 estabelecimentos de Ensino Médio 91% estão localizadas na zona urbana.

O Pará apresenta o menor índice de aprovação no ensino fundamental da região norte, apenas 69%, tanto no ensino fundamental quanto no médio, sendo estes números piores que as médias da região e do País.

A evasão escolar no Pará, no ensino fundamental é de 12,8% e de 22,9% no ensino médio, sendo estes números piores que as médias da região e do País.

Considerando o desempenho de nossos alunos no SAEB, tanto na disciplina de português quanto na de matemática, é inferior à média regional e nacional. Considerando a série histórica de 1995 a 2005 o desempenho do Pará não só é muito ruim, como piorou.

Considerando a metodologia do SAEB acerca das competências na Língua Portuguesa, 53,1% dos alunos do 3º ano do ensino médio no Pará estão classificados como estando em estado crítico ou muito crítico

Considerando a metodologia do SAEB acerca das competências em Matemática, 82,4% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio no Pará estão classificados como estando em estado crítico ou muito crítico

A utilização dos recursos do FUNDEF em nosso estado significou a focalização dos recursos no Ensino Fundamental e a concentração das matrículas nas redes municipais.

Outro resultado negativo decorrente da política de focalização no Ensino Fundamental foi à redução das matrículas na Educação Infantil (16,5%).

Considerando o ensino superior, este, apesar de um forte movimento de desconcentração, ainda apresenta-se concentrado na capital e com as matrículas no ensino superior público reprimidas.

Fundamentalmente estes dados revelam que a universalização da educação básica ainda está longe de ser alcançada no estado do Pará, ou seja, que o direito à educação ainda está por ser garantido. Deve-se reconhecer que a educação básica constitui-se de um conjunto de elementos culturais, éticos e científicos que devem permitir aos indivíduos uma vida socialmente integrada, autônoma e digna, não assegurá-la é negar uma das poucas possibilidades de uma vida digna aos nossos jovens, particularmente aos filhos das camadas populares que têm apenas a escola como via para a cultura, a ciência e ao trabalho. Negar-lhes a educação básica é negar-lhes o futuro.

O diagnóstico apresentado revela problemas e o desafio é não apenas reconhecê-los (precisamos melhorar o conhecimento sobre a realidade educacional paraense), mas enfrentá-los de modo planejado e orientado por uma vontade coletiva e politicamente comprometida.

A construção de um Plano Estadual de Educação coloca-se, portanto, como uma ferramenta necessária para que a sociedade paraense possa comprometer-se com a construção de um futuro com mais dignidade para a juventude. O PEE tem a pretensão de apresentar diretrizes capazes de orientar uma política educacional de Estado, superando as estratégias fragmentadas e descontínuas que caracterizam as ações dos diferentes governos que se sucedem.

Fazendo da educação um direito de todos, esta pode consolidar as estratégias de desenvolvimento independente de nosso estado, favorecendo a consolidação de uma sociedade fraterna e desenvolvida econômica e socialmente.

O PEE abaixo apresentado teve esta orientação em seu processo de construção e revela o resultado de um processo amplo de discussão, expressando os consensos possíveis estabelecidos entre os delegados presentes à I Conferência Estadual de Educação.